

Secretários de Saúde decidem criar conselho

Da sucursal de
BRASÍLIA

Os secretários estaduais de Saúde de todo o País resolveram criar ontem, ao encerrar o encontro nacional que realizaram em Brasília desde terça-feira, o Conselho Permanente de Secretários de Saúde, órgão que será desvinculado do governo e que pretende ter "a maior autonomia e independência possíveis". Considerado uma iniciativa "extremamente salutar", conforme afirmou o próprio ministro Waldyr Arcoverde, o conselho terá seu regimento discutido e aprovado em novembro, quando os secretários se reunirão novamente, em Brasília, para avaliar os resultados das duas etapas da campanha de vacinação contra a poliomielite.

Eles entregaram ao ministro da Saúde as conclusões do encontro, reafirmando que "a unificação do comando — implicando na transferência dos serviços de assistência médica para o Ministério da Saúde — e a descentralização da execução das ações de saúde no Brasil são a solução natural para a melhoria da assistência à saúde da população brasileira". Insistem quanto aos programas de alimentação e medicamentos, que "estão a exigir substancial incremento, com vistas a assegurar sua continuidade útil, em benefício dos reconhecidos bolsões de pobreza existentes no País".

Segundo as conclusões dos secretários, é igualmente "imperativo assegurar recursos vinculados para implementação, expansão e manutenção da rede de unidades básicas de saúde e de sistemas simplificados de saneamento básico, bem como obter prioridade para os recursos do FAS" (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social). A formação dos profissionais de saúde, para os secretários, "deve ser orientada no sentido de estimular capacidades que venham a atender as necessidades de mão-de-obra para programas de ações básicas de saúde, assegurando um plano de carreira com remuneração condigna e incentivos ao seu aperfeiçoamento técnico-científico".

Por sugestão do secretário de São Paulo, Adib Jatene, foi incluída nas conclusões a recomendação de que nos projetos macroeconômicos, agropecuários, industriais e habitacionais sejam acrescentados "recursos financeiros para a infra-estrutura de saúde e saneamento, capazes de suportar as necessidades da população abrangida pelo investimento a realizar". Segundo Jatene, empreendimentos habitacionais como o de Itaquera, em São Paulo, concluído recentemente e que reúne mais de 100 mil moradores, não tem qualquer infra-estrutura na área da saúde. Para o secretário paulista, essa deve ser uma função do Ministério do Interior, ao programar a construção de conjun-

tos habitacionais ou outros empreendimentos.

Por fim, os secretários de Saúde afirmam que serão encaminhadas ao presidente Figueiredo no próximo despacho do ministro da Saúde, provavelmente na próxima semana, pedidos para que sejam assegurados os recursos necessários à expansão da atual política de controle de doenças transmissíveis e garantidas a ampliação e intensificação dos programas de combate às grandes endemias.

Ao encerrar o encontro, o ministro Waldyr Arcoverde, considerado pelo ministro Delfim Netto, do Planejamento, "o ministro mais sério deste governo", segundo afirmou aos secretários, disse que "a salutar, profíqua e honesta conjugação de esforços de diferentes níveis do governo é uma demonstração prática daquilo que se entende por descentralização, por regionalização e por democratização".

Informou ainda que o orçamento do Ministério da Saúde para 1982, já aprovado pela Secretaria de Planejamento, será de Cr\$ 72 bilhões, quase 100% maior que o disponível este ano. Conforme o ministro, a proposta encaminhada sofreu um corte de Cr\$ 4 bilhões e o montante aprovado deverá suprir todas as necessidades do setor, inclusive pagamento de pessoal.